

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Bye, bye, Brasil	2
Título: Desafios na chegada	2
Título: Previdência e Eletrobras, questões cruciais diante do déficit nas contas	5
Título: Robô é usado para barrar abusos de empresas	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Construtoras e indústrias buscam novos negócios em energia elétrica	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: » Melhor.....	10
Título: Tempo de decisão	11

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/10/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Bye, bye, Brasil**

Sócia, na base do meio a meio, da Vale na Samarco, a australiana BHP esperará a poeira baixar para... saltar fora da sociedade. Quarta, três anos depois do desastre, foi fechado o acordo para indenizar as famílias vítimas da Samarco, em Mariana (MG).

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/10/2018****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Desafios na chegada**

Impasses vão da área fiscal ao diesel

BRASÍLIA- O próximo presidente da República terá pela frente uma série de decisões importantes que deverão ser tomadas na área econômica nos primeiros meses depois de assumir o Palácio do Planalto, ou ainda durante o período de transição. São questões com impacto direto nas contas públicas, que estão no vermelho desde 2015, e que podem mexer também no bolso dos consumidores.

No dia 31 de dezembro, acabará o subsídio dado pelo governo Michel Temer ao óleo diesel. Sem recursos públicos que ajudem a bancar a redução no valor do produto, o preço do litro deverá subir R\$ 0,30 na virada do ano. Calculado em R\$ 9,5 bilhões em 2018, o subsídio foi aprovado para acabar com a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país em maio. Não há, no entanto, previsão orçamentária para continuar com a política no próximo ano. Caberá ao presidente eleito decidir a renovação ou não do subsídio.

— Grupos de pressão vão lutar por mais recursos públicos, o que pode gerar greves e paralisações. Se não houver uma renovação do subsídio para o diesel, por exemplo, será que isso não gera uma nova paralisação?

— questiona Vilma Pinto, pesquisadora do Ibre/FGV.

Para a especialista, a situação das contas públicas é a questão mais preocupante. O novo governo terá de conseguir autorização do Congresso, até março, para aumentar o endividamento público e conseguir pagar as aposentadorias. O Orçamento de 2019 só tem recursos para arcar com cerca de dois terços das despesas com os benefícios previdenciários. Para quitar tudo o que está programado, o novo presidente precisará de uma autorização do Legislativo.

RISCO ÀS APOSENTADORIAS

Sem esse aval, o presidente eleito terá que interromper o pagamento de aposentadorias para não descumprir um dos atuais pilares do equilíbrio das contas públicas, a regra de ouro. De acordo com ela, a União não pode se endividar para pagar as contas do dia a dia. No entanto, o Brasil não tem mais recursos para bancar essas despesas sem pegar novos empréstimos ou emitir títulos. Assim, o próximo presidente terá de pedir autorização para lançar dívidas de R\$ 258,2 bilhões para pagar essa conta.

O presidente eleito também terá que encontrar uma solução para uma nova despesa deixada pelo atual Congresso. Será preciso regulamentar rapidamente uma emenda à Constituição, aprovada no ano passado, que obriga o governo a abrir uma linha de crédito para financiar, com subsídios, o pagamento de precatórios por estados e municípios.

Precatórios são dívidas que a Justiça, em sentenças transitadas em julgado, determinou que sejam pagas pelos governos. O estoque dessas dívidas é de cerca de R\$ 100 bilhões. O custo da linha de crédito será menor que o custo de captação do governo federal, que bancará parte da conta dos precatórios estaduais e municipais.

— O presidente que assumir em janeiro tem uma agenda muito difícil pela frente. Ele não vai ter tempo de fazer discurso fácil. A campanha teve uma série de propostas populistas, mas a realidade é muito dura, e precisará ser enfrentada, querendo ou não — disse Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman.

— Não é uma agenda fácil, vai requerer capacidade de negociar com o Congresso e dialogar com a sociedade — acrescentou a economista.

O governo também precisará dar uma solução rápida para as alterações na Lei Kandir. Anualmente, o governo transfere cerca de R\$ 3,9 bilhões para os estados para compensar perdas decorrentes de desonerações tributárias dadas a empresas como incentivo às exportações. Porém, não há uma lei que regule

essas transferências. O Supremo Tribunal Federal (STF) mandou o Congresso definir os parâmetros.

O problema é que o projeto em discussão no Congresso geraria despesa de R\$ 39 bilhões todos os anos, dez vezes maior que os atuais desembolsos. A equipe econômica atual avisou que não tem como suportar essa conta. Caberá aos novos integrantes do Palácio do Planalto negociar com governadores, Tribunal de Contas da União (TCU) e Congresso para encontrar uma saída.

— A Lei Kandir já deveria ter sido resolvida. Tem um prazo, que já passou, porque o governo Temer não fez nada. Essa é uma decisão que vai ser tomada no plano político pelo próximo presidente. Na hora em que ele assumir, no dia seguinte, vai ter uma fila de governadores atrás, pedindo esse dinheiro — comentou o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas.

DESFECHO DAS LICITAÇÕES

Em outra frente, o governo Temer quer fazer neste ano três leilões de infraestrutura, incluindo 12 aeroportos, uma ferrovia e três terminais portuários. Se não conseguir, pretende deixar tudo encaminhado para os primeiros meses de 2019. Em qualquer hipótese, ficará nas mãos do próximo presidente o desfecho desse processo. Caso o governo atual consiga sucesso nas licitações, não haverá tempo hábil para assinar os contratos. Com isso, o próximo ocupante do Planalto decidirá se entregará os serviços à iniciativa privada.

Está em aberto, também, a política de reajuste do salário mínimo a ser aplicada a partir de 2020. Atualmente, ele é calculado pela soma da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior e o resultado do PIB de dois anos anteriores. O objetivo é proporcionar ganhos reais — acima da inflação — aos assalariados, mas somente se o PIB tiver crescimento.

Além disso, por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o governo terá que elaborar, até março, estudo para reduzir subsídios e desonerações tributárias. Também será preciso elaborar, no primeiro semestre, o Plano Plurianual 2020-2023, que serve de referência para os orçamentos anuais.

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/10/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Previdência e Eletrobras, questões cruciais diante do déficit nas contas**

Nos três primeiros anos de mandato, o próximo presidente terá pela frente um rombo de R\$ 319 bilhões nas contas do governo, segundo as projeções do Orçamento de 2019. Apenas no ano que vem, as contas públicas ficarão no vermelho em R\$ 139 bilhões. O principal responsável por esse resultado é a Previdência Social, cuja reforma é vista como urgente pelos especialistas.

A previsão é que as contas da Previdência registrem rombo total de R\$ 308 bilhões em 2019, dos quais R\$ 218 bilhões são do Regime Geral (INSS) e o restante, do Regime Próprio (servidores federais). As mudanças nas regras dos benefícios previdenciários estão na pauta desde 2016, quando o governo Michel Temer enviou para o Congresso uma proposta de reforma.

O projeto está parado desde fevereiro, quando foi decretada a intervenção federal na segurança do Rio — o que impede mudanças na Constituição. Agora, Temer ensaia votar a proposta depois do segundo turno, se tiver apoio do presidente eleito.

Também estará na pauta do novo governo a privatização da Eletrobras. A arrecadação de R\$ 12 bilhões prevista com a venda da maior empresa de energia da América Latina está, inclusive, prevista no Orçamento do próximo ano. Com isso, se o processo não avançar, será preciso cortar despesas ou elevar as receitas no mesmo montante.

A proposta de vender a estatal foi feita em meados de 2017, mas emperrou no Congresso por falta de apoio político.

O novo presidente precisará decidir ainda os rumos da política de leilões de petróleo. Está previsto para 2019 um megaleilão de áreas do pré-sal, com potencial de arrecadar até R\$ 100 bilhões.

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/10/2018****Seção: Economia****Autor: Luciana Casemiro, Ione Luques E Gabriel Martins****Título: Robô é usado para barrar abusos de empresas**

Ministério Público do Rio lança mão de inteligência artificial para identificar demandas de caráter coletivo entre as ações que tramitam no Tribunal de Justiça. Projeto-piloto mostra que companhias descumprem decisões

Oitenta mil decisões judiciais analisadas em um minuto. Esse é o desempenho esperado do robô desenvolvido pelo Ministério Público do Rio (MPRJ) quando ele alcançar o auge da sua performance em dezembro. Pela primeira vez, a Promotoria de Defesa do Consumidor usa inteligência artificial para identificar, entre as ações em trâmite na Justiça, aquelas que são repetitivas e configuram danos coletivos.

A parceria firmada com o Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), além de desafogar os tribunais, dará mais efetividade às ações coletivas e permitirá aumentar as sanções a empresas que insistem em desrespeitar o consumidor.

Ainda em fase de "aprendizado" de como identificar entre os cerca de 500 mil processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis (JEC) aqueles em que o MP poderá atuar, o robô se debruça, atualmente, apenas sobre uma amostrados processos da lista das 30 empresas mais acionadas no TJRJ. Apesar do acervo limitado desta fase-piloto, o sistema já detectou quatro decisões judiciais que beneficiam os consumidores, oriundas de Ações Cíveis Públicas (ACP), que estão sendo descumpridas.

— Essa parceria vai ser essencial para que nosso trabalho seja mais eficaz. E o bônus será evitar a multiplicação das ações individuais, além de ajudar a quem não recorreu ao Judiciário, pois o que for decidido de forma coletiva vai valer para todos — explica Christiane Cavassa Freire, coordenadora das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor do MPRJ.

MODELO A SER COPIADO

O robô identificou cerca de cem ações contra a Light por exigir que novos proprietários de imóveis quitem débitos de moradores antigos para fazer a troca de titularidade ou religar a energia. A prática se mantém apesar de haver sentença, a partir de Ação Civil Pública do MPRJ, proibindo-a.

— É mais grave ainda porque a empresa se vale do poder de prestar o serviço em regime de monopólio para exigir do usuário vantagem indevida destaca o promotor Rodrigo Terra, responsável pela ação.

Outros dois descumprimentos foram identificados em relação a problemas com entregas de Lojas Americanas e Casas Bahia, que também já tinham sido alvo de ACPs pela promotoria do Rio. O robô apontou também a existência de várias ações contra a Casas Bahia sobre seguros "embutidos" no valor da compra sem autorização do cliente.

Os casos foram encaminhados ao promotor Paulo Roberto Binicheski, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que é responsável por uma ação com abrangência nacional sobre o tema, atualmente em análise pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

— Tivemos vitória em primeira e segunda instâncias, proibindo a inclusão sem o consentimento expresso do consumidor. Agora, aguarda-mos a decisão do STJ. As informações levantadas pelo MPRJ nos permitem comprovar o tamanho do desrespeito e pedir a aplicação de multas maiores. Pretendemos copiar esse sistema — adianta Binicheski.

Segundo Daniel Carvalho Belchior, gerente da Coordenadoria de Análises, Diagnósticos e Geoprocessamento do MPRJ, após a medição do resultado do sistema, será possível expandi-lo para outras áreas do MPRJ, assim como para outros estados.

O desembargador Joaquim Domingos de Almeida Neto, presidente da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais do TJRJ, diz que a parceria resultará em eficiência e economia de recursos. Ele lembra que o TJRJ tem volume de demandas maior até que o de São Paulo, o que faz dele um laboratório ideal para esse tipo de iniciativa: — Temos massa crítica para mostrar como a tecnologia pode ajudar a minimizar custos para o Estado e o cidadão, na solução de conflitos que deveriam ser custeados pelas empresas num ambiente de economia capitalista.

O QUE DIZEM AS EMPRESAS

Questionada sobre os resultados do levantamento, a Light diz seguir a resolução 414/ 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e que não condiciona a abertura de contrato ao pagamento da dívida deixada pelo cliente anterior. Segundo a empresa, se for comprovado que o cliente não é responsável pelos débitos, a troca de titularidade é feita; caso a energia esteja cortada, ela é religada. A Casas Bahia diz repudiar qualquer prática danosa ao consumidor e que "busca sempre comprovar a regularidade de sua atuação às autoridades, quando questionada". Já a Americanas.com diz não comentar ações em curso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Construtoras e indústrias buscam novos negócios em energia elétrica

Diversificação de projetos no setor ganha espaço em grupos como Odebrecht e Camargo Corrêa

São Paulo- Em meio ao marasmo nas obras de infraestrutura no Brasil, às incertezas políticas e à crise fiscal generalizada que limitou os investimentos públicos, o setor de energia elétrica se tornou uma das principais — e poucas — fontes de negócios para construtoras e indústrias.

Empresas atingidas pela Operação Lava Jato, como a Odebrecht e a Camargo Corrêa, estão entre elas.

As companhias já atuavam no setor, principalmente construindo grandes hidrelétricas, e agora querem expandir sua presença a outros segmentos.

"Sempre tivemos um foco na área de energia e agora reforçamos ainda mais. E um setor que se descolou [da situação] do restante do país", afirma Antonio Augusto Santos, gerente responsável pela área na Odebrecht Engenharia e Construção.

Hoje, a construtora tem R\$ 4 bilhões de contratos em prospecção para os próximos três anos no Brasil, em diferentes segmentos de energia, desde usinas solares e eólicas até linhas de transmissão, diz ele.

Na Camargo Corrêa Infra, braço criado pelo grupo para os negócios pós-Lava Jato, 70% da carteira hoje é formada por projetos de geração e transmissão de energia.

"[A porcentagem alta] É resultado da falta de projetos em outras áreas. É um retrato da infraestrutura hoje", diz Robson Campos, diretor-executivo financeiro, comercial e de novos negócios da empresa.

"Dentro de infraestrutura, o setor de energia é o mais bem regulado e com legislação mais estável", afirma.

No caso da Camargo Corrêa, o foco serão as linhas de transmissão e as usinas térmicas movidas a gás natural, que envolvem obras mais complexas (e, portanto, mais atrativas à empresa) do que usinas eólicas e solares.

"A geração termelétrica vai continuar crescendo. A produção vai triplicar com o gás offshore das áreas de exploração do pré-sal, e vamos ter de fazer alguma coisa com esse gás", afirma Campos.

Ele ressalta a importância desse tipo de usina para dar segurança energética ao país.

As grandes usinas hidrelétricas — tipo de obra em que as duas construtoras se especializaram nos últimos anos — estão em baixa no país.

Com uma crescente dificuldade em aprovar o licenciamento ambiental desses empreendimentos, esses projetos foram praticamente abandonados nos últimos dois anos, e não há, no curto prazo, perspectiva de novas obras.

Ainda assim, as companhias dizem que continuam de olho em oportunidades. No caso da Odebrecht, o segmento continua uma fonte relevante de negócios fora do Brasil, com obras em países como Tanzânia e Angola.

Outro grande grupo que decidiu ampliar investimentos na área é a Votorantim.

Suas atividades mais tradicionais, como mineração, produção de alumínio e cimento, ainda representam mais de 90% da geração de caixa.

A empresa tem como meta ampliar os negócios menos expostos a variações de câmbio e preços de matérias-primas.

Nessa estratégia, o setor elétrico é uma aposta do grupo, que firmou parceria com um fundo de pensão canadense, Canada Pension Plan Investment Board, para fazer, no longo prazo, investimentos de R\$ 3 bilhões em geração, principalmente eólica.

Atualmente, praticamente todo o parque da companhia vai para o mercado livre (em que consumidores negociam contratos de compra e venda com os geradores).

O diretor-presidente da empresa João Miranda, no entanto, manifestou interesse em participar de leilões no mercado regulado (em que as distribuidoras contratam a usina por um prazo longo).

Companhias menores de infraestrutura e financeiras também migraram para o setor, principalmente em segmentos de comercialização no mercado livre e de geração distribuída (em que a energia é gerada pelo próprio consumidor), afirma Raphael Gomes, sócio de energia do Demarest.

"São setores mais simples, que não exigem um grande esforço de operação", diz.

O mercado de energia é apontado como uma área que sofreu menos com a crise econômica e está mais imune à transição presidencial. Isso se reflete no calendário de leilões.

Apesar do ano eleitoral, o país viu uma série de contratações de novos empreendimentos neste ano, e ainda há a previsão de um grande certame de linhas de transmissão, no fim de dezembro.

"Não prevejo uma mudança, uma ruptura, no futuro próximo. O setor de energia já tem uma regulação sólida e bem estruturada", afirma Karin Luchesi, vice-presidente da CPFL Soluções.

O otimismo, porém, não quer dizer que o setor vive seus melhores dias, diz Gomes, sócio do Demarest.

"No meio do marasmo, é uma marolinha", afirma.

Entraves e pendências que ficam para 2019 são grandes.

Um deles é o novo marco do setor elétrico, enviado ao Congresso. "O projeto é fundamental. Traz uma segurança maior e tende a acelerar os investimentos do setor privado na área de energia", diz Santos, da Odebrecht.

Há também uma grave briga judicial em torno do chamado risco hidrológico, cuja solução é considerada prioridade. A disputa começou em 2014 e, até hoje, deixou quase R\$ 8 bilhões de pagamentos de compra e venda de energia em aberto.

O motivo são as liminares obtidas por geradoras hidrelétricas para não arcar com os custos provocados pelo baixo nível dos reservatórios.

Isso significa que uma série de geradores de outras fontes, que tem compensado abaixo geração hidrelétrica, não estão recebendo pagamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/10/2018

Seção:

Autor:

Título: » Melhor.

Coluna do Broadcast

A Companhia Energética de Brasília (CEB) deve arrecadar ao menos R\$ 735 milhões com a venda de ações e participação em consórcios detidas pela empresa. O montante é 8,9% maior que os R\$ 675 milhões inicialmente estimados pela consultoria Ceres Inteligência, líder do consórcio que estrutura a operação.

» Dúvida. A CEB informou no fim da tarde de sexta-feira, dia 5, que o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) suspendeu a venda dos ativos e solicitou esclarecimentos à companhia. A elétrica disse que prestará as informações na expectativa de manter o cronograma. Haverá uma audiência pública sobre o leilão de participações nas usinas Energética Corumbá (GO), CEB Lajeado (TO), Corumbá Concessões (GO), BSB Energética (RJ, MG, ES, GO) e Consórcio UHE Queimado (GO). A previsão inicial era de que o data room sobre os ativos fosse aberto até o dia 12 de outubro e que o leilão fosse realizado até o fim de novembro, na B3.

COM LUCIANA COLLET E CIRCE BONATELLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Tempo de decisão

Numa luta selvagem entre dois cães basta que um deles exponha ao outro sua jugular para que a ferocidade se dissipe logo em seguida. O clima de polarização e revanchismo destas eleições está acirrado não propriamente porque o PT comandou mensalão, petrolão e outras grossas roubalheiras ainda sem apelido. Nem porque o governo de Dilma Rousseff produziu incomensuráveis desastres na condução da política econômica.

Os ânimos se acirraram e produziram o capitão Bolsonaro porque o PT não reconheceu suas mazelas, não expôs sua jugular. Em nenhum momento deixou claro que tudo será diferente e isso sugere que pode repetir tudo o que fez. Assim, a agressividade cresceu. Em matéria de política econômica, tanto o que se sabe das propostas do capitão Bolsonaro quanto as que foram manifestadas pelos dirigentes do PT são largamente inconsistentes.

Desde Juan Domingo Perón sabe-se que o governante tem de ser violonista. Tem de tomar o governo com a esquerda e tocar com a direita, orientação repetida desde então mundo afora por inúmeros líderes políticos. Por isso, sempre se espera que documentos e declarações de campanha se restrinjam a fins eleitorais para os quais foram feitos. Depois, na hora da tomada de decisões, qualquer autoridade à frente de um governo não poderá fugir demais do que determinam os manuais, independentemente da ideologia que a ajudou a chegar lá. O problema é que um presidente não governa sozinho.

Os parças estão sempre por lá, entupindo-lhe os ouvidos com doses de disparates. A presidente Dilma, por exemplo, fez o que fez com as contas públicas e com a política monetária porque se deixou enredar nas práticas heterodoxas do seu secretário do Tesouro, Arno Augustin, e nas suas próprias esquisitices teóricas dos tempos de faculdade. Nessas horas é preciso lembrar do que dizia nos anos 70 o ministro Octávio Gouveia de Bulhões.

Sempre que saía de uma reunião do Conselho Monetário Nacional que decretara alguma decisão estranha, ele dizia aos jornalistas que esperavam pelas novidades: "Ainda não foi hoje que levaram o Brasil para o buraco, porque o Brasil é maior do que o buraco". Depois disso, o Brasil quebrou várias vezes, recorreu ao Fundo Monetário Internacional e foi obrigado a renegociar sua dívida externa com uma comissão de banqueiros.

A moeda nacional mudou de nome nada menos do que sete vezes, quase sempre com cortes de zeros (18 no total), e, no entanto, com as dores e as cicatrizes já conhecidas, chegamos a estas eleições. A economia está desarrumada e as contas públicas, seriamente desequilibradas. O desemprego atinge 12,7 milhões de brasileiros, enquanto a atividade econômica segue emperrada. Educação, saúde e segurança estão em petição de miséria, como está todos os dias no noticiário. Mas, entre tantos buracos e tropeços, pelo menos dois setores estão prontos para mudar muita coisa, produzir tração e grandes riquezas no Brasil, desde que o governo não atrapalhe. Trata-se do petróleo e do agronegócio.

A era do petróleo está no fim. A partir dos anos 2040, o consumo mundial, hoje à altura dos 100 milhões de barris diários, recuará inexoravelmente. Se as jazidas brasileiras não forem exploradas em regime de urgência, será enorme o risco de que essa riqueza permanecerá para sempre no fundo da terra e se torne inútil. Nos cálculos do diretor-geral da Agência Nacional do petróleo (ANP), Décio Oddone, o potencial de geração de renda "nos próximos anos" é de R\$ 2,5 trilhões. Mas é preciso acabar com essa postura paralisante de que há tempo de sobra.

O agronegócio, por sua vez, conta com enorme demanda de proteína vegetal, não só pela China, mas, também, pelos novos emergentes da Ásia. Em pouco mais de 10 anos, a atual produção anual de 240 milhões de toneladas de grãos do Brasil pode dobrar, sem deterioração ambiental. Mas, para isso, é preciso contar com mais do que apenas o sol e a chuva na hora certa.

É preciso investir em infraestrutura e deixar que as coisas andem sem a politicagem que tanto emperra a vida nacional. O resumo da ópera é de que um grande número de incertezas continua aí, a inibir o investimento e a criação de empregos. Mas o Brasil não é um país subsaariano, sem energia, sem perspectivas e sem estratégia. A saída da crise e a redenção estão ao alcance dos brasileiros. Mas é preciso uma grande arrumação que, apesar da divisão nacional, pode começar a ser pautada hoje.

MME / ASCOM .